

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1. Justificativa temática.....	25
1.2. Estrutura do trabalho.....	26
2. JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA E ACORDO DE COLA- BORAÇÃO PREMIADA.....	29
2.1. Natureza jurídica do acordo de colaboração premiada.....	37
2.1.1. Entendimento do Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus 127.483.....	43
2.1.2. Efeitos processuais do acordo de colaboração premiada.....	48
2.1.2.1. Lei 12.850/2013, art. 4.º.....	53
2.1.2.2. Lei 12.850/2013, art. 5.º.....	57
2.1.2.3. Reflexos sobre a investigação criminal....	58
2.1.3. Efeitos materiais do acordo de colaboração pre- miada.....	59
2.1.4. Síntese da natureza jurídica do acordo de cola- boração premiada.....	61

2.2. Regime jurídico do acordo de colaboração premiada	62
2.2.1. A Lei 12.850/2013.....	63
2.2.2. O regime jurídico civilista.....	66
2.3. Conclusões parciais.....	77
3. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA.....	79
3.1. A natureza jurídica do ato de homologação.....	81
3.1.1. Perspectiva material.....	81
3.1.2. Perspectiva processual.....	86
3.2. Competência para homologação do acordo de colaboração premiada.....	94
3.2.1. Competência para homologação na hipótese de delatados com foro por prerrogativa de função.	99
3.2.2. Competência do relator para homologação de acordos nas hipóteses de competência originária de tribunais.....	105
3.3. Requisitos de validade do acordo de colaboração premiada.....	106
3.3.1. A inafastabilidade da justa causa para a ação penal	108
3.3.2. Capacidade das partes do acordo.....	112
3.3.2.1. A legitimação do delegado de polícia.....	115
3.3.3. O objeto do acordo de colaboração premiada...	126
3.3.3.1. As obrigações do colaborador.....	129
3.3.3.2. Os benefícios ao colaborador – adstrição à legalidade estrita?.....	161
3.3.3.3. Outras cláusulas do acordo.....	188
3.3.4. A declaração livre de vontade.....	204

3.3.4.1. Erro .....	207
3.3.4.2. Dolo.....	210
3.3.4.3. Coação.....	213
3.3.4.4. Estado de perigo.....	219
3.3.4.5. Lesão .....	220
3.3.5. A forma do acordo de colaboração premiada ...	221
3.4. Espaço de cognição do magistrado na homologação do acordo de colaboração premiada .....	222
3.5. Recurso contra a recusa à homologação do acordo de colaboração premiada .....	227
4. CONCLUSÃO .....	231
REFERÊNCIAS .....	239